

## FERTILIZANTES: IMPORTAR MENOS?

**\*Roberto Rodrigues**

Um recorrente ponto discutido em todas as rodas do agronegócio brasileiro é a nossa pesada dependência da importação de fertilizantes.

Estima-se que a demanda chegue a 90% de potássio, 75% de nitrogenados e 50% de fosfatados. E com uma agravante quando ao futuro: as terras férteis legalmente aproveitáveis já estão em boa parte agricultadas de modo que o crescimento eventual da agricultura dar-se-á em terras mais pobres e demandantes de insumos básicos. Ou então as pastagens que serão transformadas em agricultura também precisarão de mais adubos, sem falar em adubação das pastagens mesmo, e de reflorestamento para os mais diversos fins. Em outras palavras, para onde quer que se mova a expansão de áreas e o necessário aumento de produtividade das atualmente cultivadas tendo em vista a preservação de matas e floresta, esse movimento será empurrado por maior uso de fertilizantes.

Não é uma novidade, e ao longo da história diversas autoridades constituídas fizeram trabalhos técnicos voltados à solução dessa demanda, que é acentuada pela distância dos estados produtores do centro-oeste e norte dos portos por onde chega o produto importado. Um dos maiores estudos nesse sentido foi encomendado pelo Ministro da Agricultura de 2007 a 2010, Reinhold Stephanes que se empenhou pessoalmente no tema, mas sem tempo suficiente para conclusão.

Pois agora, em 25 de janeiro passado, o Decreto número 10.605 criou um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar um Plano Nacional de Fertilizantes, visando a proposição de estímulos ao aumento da oferta nacional de matérias primas utilizadas na produção deles. O Grupo de Trabalho está encarregado de proceder à “análise e acompanhamento de questões com potencial de risco, prevenção a ocorrência de crises e articulação de seu gerenciamento, em caso de grave e iminente ameaça ao abastecimento de insumos para fertilizantes”.

O Grupo será coordenado pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o que representa um degrau acima de estudos anteriores, tocados isoladamente por diferentes Ministérios. Dele farão parte representantes de diversos órgãos de governo, como Ministério da Agricultura, da Economia, de Infraestrutura, Minas e Energia, Meio Ambiente e Embrapa. O GT tem 120 dias de prazo para apresentar resultados, prorrogáveis por mais um período igual.

Em síntese, o que o governo deseja é mesmo reduzir a dependência de matérias primas para fertilizantes. Segundo estatísticas de comércio exterior do Brasil, o grupo constituído por “adubos ou fertilizantes químicos” representa o segundo lugar no ranking das importações brasileiras, perdendo apenas para “óleos combustíveis de petróleo e minerais”.

A intenção é muito boa e bem-vinda. De lamentar apenas que o GT só tenha gente do Governo Federal, sem representantes do setor privado (industriais do setor e produtores rurais) e nem dos estados, embora seu

presidente possa “convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões”, mas sem direito a voto, naturalmente.

Mas o que se sabe é que aumentar a produção interna implica grandes investimentos com retorno de longo prazo, sem falar nas questões ambientais para extração de minerais, sobretudo na Amazônia, onde haveria grande jazida de potássio.

Por outro lado, seria preciso mudar a política setorial tributária, com incentivos fiscais para a implantação de projetos e/ou tributar o importado. Mas estamos na reta das discussões para uma ampla Reforma Tributária no Legislativo Federal e com certeza este GT não poderia impor nenhuma proposta paralela. E a tributação de importados provocaria ruído entre os agricultores em função do aumento de custo assim acarretado.

Em resumo, a intenção é mesmo muito boa, e espera-se que tenha bons resultados para o país, apesar das dificuldades referidas.

**\* Roberto Rodrigues - Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve artigos toda 3ª segunda-feira do mês**